



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006164-85.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos**
 Requerente: **Pedro Cesar Pessoa**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC.

Trata-se de ação em que a parte autora, aposentada com proventos proporcionais, objetiva o recebimento integral da verba Participação nos Resultados, instituída pela Lei Complementar nº 1.059/2008.

Improcede a demanda.

Segundo o art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal, os servidores públicos que completem 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher, podem aposentar-se com 'proventos proporcionais ao tempo de contribuição'.

Os 'proventos' correspondem ao conjunto dos valores percebidos pelo aposentado, ou, como ensina CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, "é a designação técnica dos valores pecuniários devidos aos inativos" (in Curso de Direito Administrativo, 23ª Ed. Malheiros. São Paulo: 2007. pp. 280).

A Participação nos Resultados paga aos inativos configura, por consequência, uma parcela que faz parte dos proventos de aposentadoria pagos à parte autora. E, como faz parte dos proventos, submete-se naturalmente à proporcionalidade que é da essência do regime jurídico da aposentadoria proporcional.

Para que o tratamento jurídico fosse distinto, seria imprescindível no mínimo a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

existência de uma disciplina legal específica que, instituindo norma de exceção, previsse que determinada parcela dos proventos não estaria submetida à proporcionalidade, no caso de aposentadoria proporcional.

Esse regra de exceção inexistente no caso dos autos.

O art. 26 da Lei nº 1.059/2008, ao dispôr que a Participação nos Resultados é uma prestação 'desvinculada da remuneração do Agente Fiscal de Rendas', com a devida vênica à parte autora, não está tratando do tema ora em discussão, e sim das características peculiares dessa verba em si mesma, na perspectiva de seu fundamento e sua finalidade, eis que, consoante prevê o art. 27, seu pagamento está atrelado ao cumprimento de metas definidas pela Administração Tributária. A leitura do enunciado legal deixa muito claro que o legislador, nesse dispositivo, está a discorrer sobre um tema muito distante da questão relativa à aposentadoria proporcional,

Já o art. 37 da lei complementar mencionada, ao referir que a Participação nos Resultados seria extensiva aos aposentados 'nas mesmas bases estabelecidas para os ativos', também não tem relação alguma com a aposentadoria proporcional.

A expressão 'nas mesmas bases estabelecidas para os ativos' está apenas a indicar que a metodologia de cálculo do valor de 100% da Participação nos Resultados, no caso dos inativos, deve ser a mesma dos ativos, norma que se impôs, a título de esclarecimento, pela circunstância de que os inativos, por não estarem mais em atividade, logicamente não possuem qualquer 'produtividade' atual. Mais uma vez, a parte autora tenta atribuir a dispositivo legal um objeto que não lhe é próprio, já que a disposição acima não está pensando sobre a aposentadoria proporcional.

Nesse sentido: "Mandado de Segurança. Agente fiscal de rendas inativo. Pretensão visando o recebimento de valores provenientes da Participação nos Resultados- PR, nos mesmos moldes dos agentes fiscais de renda da ativa. Cálculo da vantagem que deve obediência a Lei Complementar n. 1.059/08 e a Resolução SF 56/08. Vantagem que deve ser paga nas mesmas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

bases e condições dos servidores da ativa. No entanto, em caso de aposentadoria proporcional a base e as condições específicas devem obedecer a correta proporcionalidade. Aplicação da Súmula 339 do STF. Ordem denegada. Recursos providos. (TJSP, Ap. 0032764-74.2010.8.26.0071, Rel. Vera Angrisani, 2ª Câmara de Direito Público, j. 13/09/2011)

Julgo improcedente a ação.

Sem verbas sucumbenciais (art. 55, Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 27 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**